



Calheiros entre Freitas (CUT), que o define sensível, e Patah (UGT)

Esta resistência é para valer?

TERCEIRIZAÇÃO Certo por ora, é que o projeto no Senado andar­á devagar

POR ANDRÉ BARROCAL

EDUARDO CUNHA pode esperar. Entre os senadores, o polêmico projeto patrocinado pelo presidente da Câmara, a permitir a terceirização total do mercado de trabalho, terá um tortuoso caminho pela frente. No dia 12, o plenário do Senado receberá sindicalistas, empresários da indústria e

do comércio, juizes e procuradores da área trabalhista para um debate público sobre o assunto. Depois, quatro comissões examinarão o texto. Uma de cada vez e sem prazo para terminar. Se a proposta demorou 11 anos para ser aprovada por uma apertada margem entre os deputados, quanto levará até uma decisão dos senadores?

Na terça-feira 28, os dirigentes das quatro centrais sindicais contrárias ao projeto (CUT, CTB, UGT e NCST) foram ao presidente do Senado, o também peemedebista Renan Calheiros. Eles até topam regularizar a terceirização já existente, desde que restrita a atividades acessórias como vigilância e limpeza, mas não o “liberou geral” aprovado pelos deputados e em andamento em muitas empresas (*leia a reportagem de capa*). Os sindicalistas pediram acesso a todos os debates – ao contrário do que ocorreu na Câmara, onde Cunha proibiu manifestantes – e uma votação sem pressa. Saíram satisfeitos. “Aqui o presidente tem muito mais sensibilidade do que o presidente da Câmara”, disse Vagner Freitas, da CUT.

As quatro centrais representam 60% dos trabalhadores sindicalizados. Só as outras duas entidades reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, Força Sindical e

WILSON DIAS/ABR E JOSE CRUZ/ABR



CSB, a representar 18%, defendem a terceirização sem limites. Curiosidade: enquanto ocorria a reunião com Calheiros, o presidente de honra da Força, deputado Paulinho (SD-SP), estava no Supremo Tribunal Federal, julgado pelos crimes de estelionato e falsidade ideológica. Foi absolvido.

A Confederação Nacional da Indústria também correu ao presidente do Senado na terça-feira 27. Mas com uma reivindicação oposta à dos trabalhadores. O presidente da CNI, Robson Braga, tem pressa e pediu “prioridade” à terceirização, com uma votação ainda este ano. Braga está a par, contudo, do problema provocado pelo projeto. Em público, disse que “difícilmente” as empresas vão terceirizar a atividade-fim, uma tentativa de afastar o temor do “liberou geral” apontado pelos sindicalistas. Mais: admitiu que “terceirização” tornou-se uma palavra quase maldita, a atrapalhar a discussão.

A chegada do projeto ao Senado levou à criação de uma frente com nomes de diferentes partidos. Autointitula-se frente progressista. Possui uns 30 adeptos, de um total de 81 senadores. Entre outros, reúne Cristovam Buarque (PDT-DF), João Capiberibe (PSB-AP), Lindberg Farias (PT-RJ) e Roberto Requião (PMDB-PR). Incomoda-os não somente o propósito de Cunha de refundar as relações trabalhistas sob bases conservadoras, mas também a tentativa do deputado de pressionar o Senado. “Essa terceirização só interessa a um setor patronal, o das empresas terceirizadas”, diz Capiberibe. “O presidente da Câmara está muito arrogante, acha que somos vassalos dele”, afirma Buarque. Até nos

O propósito de Renan parece ser o de **distinguir-se claramente de Eduardo Cunha**

partidos de oposição, como o PSDB, existem reticências ao projeto.

Alvo de investigação na Operação Lava Jato, em disputa com Cunha por poder dentro do PMDB, Calheiros parece ter identificado na lei da terceirização uma dupla oportunidade. De tentar ficar bem com a opinião pública. E de distinguir-se de Cunha, ao ajudar a confirmar este no papel conservador-modelo. O senador tem dito que “terceirização sem limite é um retrocesso”. E agora exige uma posição de Dilma Rousseff.

A presidenta até que tentou. Disse ela durante uma viagem a Santa Catarina na segunda-feira 27: “Existe uma área cinzenta na terceirização que tem de ser regulamentada. Agora, isso não pode significar perda de direitos trabalhistas e nem



pode significar o não pagamento de impostos”. Até para assessores governamentais, ficou a impressão de que a mandatária ainda deve uma posição mais clara. É contra, indiferente ou a favor?

Ao voltar a Brasília naquele dia, Dilma parou em São Paulo para uma conversa com o ex-presidente Lula. Duas semanas antes, ele dera uma alfinetada pública na pupila por causa da terceirização, ao cobrar também uma opinião dela. Após o encontro com a presidenta, Lula voltou a tocar no assunto – e a citar a sucessora. Em evento na terça-feira 28 em São Paulo, ao rememorar as históricas greves no ABC Paulista por ele comandadas, entre 1978 e 1980 disse que “só o patrão vai ganhar” com a terceirização. E garantiu à plateia: “Tranquilamente a Dilma vai vetar”.

Ao chegar à capital federal depois de falar com Lula, a presidenta reuniu-se com ministros e resolveu não convocar uma cadeia nacional de rádio e tevê pelo Dia do Trabalho. Um fato inédito desde que assumiu o cargo, em 2011. Na versão oficial do Palácio do Planalto, Dilma optou por manifestar-se somente na internet. Seria uma forma de prestigiar outros tipos de mídia, a despeito do alcance de as emissoras de tevê e rádio ser maior.

Dentro do governo, a explicação deixou dúvidas. Fora, inspirou críticas. De Calheiros, por exemplo. Autoinvestido da condição de defensor do andar de baixo, o senador acha que a presidenta resolveu silenciar por não ter como explicar as medidas restritivas de direitos trabalhistas presentes no ajuste fiscal e para não ser obrigada a comentar a terceirização.

Se Dilma opinar sobre o tema, significará se meter na disputa entre Calheiros e Cunha e tomar partido por um dos dois. Para um observador da cena política dentro do Planalto, neste momento o melhor para o governo é que os presidentes da Câmara e Senado não se entendam. •

Braga. O presidente da CNI pede pressa, mas sabe das dificuldades

